FUNDAÇÃO CASA MUSEU MÁRIO BOTAS RELATÓRIO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021



A Fundação Mário Botas, é uma instituição de direito privado e de utilidade pública, que se rege pelos seus estatutos e, nos casos omissos, pelas disposições legais em vigor, e foi instituída por Mário Ferreira da Silva Botas, que assinava, como pintor, Mário Botas, no seu testamento público de seis de junho de 1983, exarado no 19.º Cartório Notarial de Lisboa. A sede da Fundação é na Freguesia e Concelho da Nazaré, na Rua dos Barrancos n.º 1 – 2450-197 NAZARÉ, mas uma dependência administrativa poderá funcionar em Lisboa, sempre que conveniente, na Rua Luciano Freire, n.º 3, quarto andar, ou seja, na casa do artista.

Fundação propõe-se:

- Promover a divulgação da pintura de Mário Botas, não só em Portugal como em qualquer outro país;
- Criar um Museu na Nazaré com obras do artista, espécies bibliográficas e outras, de carácter artístico e cultural;
- Promover e realizar atividades culturais, como exposições e conferências, editar publicações ou reproduções, autenticadas, e postais, ou comemorar factos, tendo sempre em vista promover a divulgação da obra de Mário Botas;
- Conceder prémios, sempre designados com o nome do artista, sobre temas de arte, bem como bolsas ou viagens de estudo;
- Cooperar com as autarquias locais e instituições oficiais ou particulares, de ensino, de cultura e de museologia em tudo quanto se relacione com o progresso intelectual, artístico e cultural em geral, e, em particular, com a instalação e manutenção do museu do Artista.

CAPÍTULO I

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Do Plano de atividades aprovado para o ano de 2021 constavam atividades destinadas a cumprir algumas das "Orientações estratégicas "aprovadas:

Reorganização do CA

Abertura das instalações com exposição de obras de Mário Botas

Divulgação da obra de Mário Botas

Organização do espólio de Mário Botas

Obtenção de fontes de financiamento

CAPÍTULO II

ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ❖ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- ❖ Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ❖ Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- ❖ Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação Mário Botas, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos

os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Instituição se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto de que se verifique continuidade das operações, e na aferição do regime de acréscimo, utilizando para isso, os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO ÀS CONTAS

ANALISE PATRIMONIAL:

1. A 31 De Dezembro de 2021 o valor patrimonial constante do balanço dos ativos não correntes é de 2 981 129,66€, sendo constituído maioritariamente pelos valores patrimoniais dos bens imoveis da Fundação com o valor de 2 048 209,90€, propriedades de investimento nomeadamente as obras do Pintor Mário Botas com o valor de 932 919,76€.

Quanto ao ativo circulante regista um saldo de 269 739,81€, que consta unicamente do saldo da conta de depósitos à ordem.

- Os capitais próprios registam um saldo global de 3 235 724,75€. Registamos na conta de resultados um saldo de 27.631,51€ e a alteração natural da conta dos resultados transitados por força da inclusão dos lucros do ano de 2020.
- 3. Relativamente ao passivo regista um saldo de 15 144,72€, na sua maioria provenientes de um adiantamento das rendas do cliente PT ALTICE, no valor de 10 800 €.
- 4. Da análise resulta que o passivo tem um peso de 0.466% relativamente aos ativos, tratando-se de um valor perfeitamente irrelevante, tanto quanto ao peso de estrutura, quer como à capacidade de liquidez para resolver no curto prazo aquela divida.

BALANÇO:

ACTIVO	2021	2020			
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	2 048 209,90 €	2 046 661,95 €			
Propriedade de Investimento	932 919,76 €	932 919.76 €			
Investimento Financeiros	- €	- €			
Ativos intangíveis	- €	- €			
Ativos por impostos diferidos					
Total ACTIVO NÃO CORRENTE	2 981 129,66 €	2 979 581,71 €			
ACTIVO CORRENTE					
Inventários					
Ativos biológicos					
Clientes	6636,10€	128,10€			
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos		157,01 €			
Acionistas/sócios					
Outras contas a receber					
Diferimentos					
Ativos não correntes detidos para venda					
Depósitos bancários	263 103,71 €	229 987,48 €			
Caixa					
Total ACTIVO CORRENTE	269 739,81 €	230 272,59 €			
TOTAL DO ACTIVO	3 250 869,47€	3 209 854,30 €			

CAPITAL PRÓPRIO		
Capital realizado		
Ações (quotas) próprias		
Reservas legais		
Outras variações capitais		79 600,00 €
Resultados transitados	489 483,99 €	374 387,05 €
Ajustamentos em ativos financeiros	2 436 973,03 €	2 357 373,03 €
Excedentes de revalorização	281 642,37 €	281 642,37 €
Resultado líquido do período	27 625,36 €	115 106,93 €
Interesses minoritários		
Total CAPITAL PRÓPRIO	3 235 724,75 €	3 208 109,38 €
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões		
Financiamentos obtidos (empréstimos bancários)		
Passivos por impostos diferidos		
Outras contas a pagar		
Total PASSIVO NÃO CORRENTE		
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	592,19€	0,03€
Adiantamentos de clientes	10 800,00€	
Estado e outros entes públicos		56,30€
Outras contas a pagar	3 752,53 €	1 688,59 €
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
Total PASSIVO CORRENTE	15 144,72 €	1 744,92 €
TOTAL DO PASSIVO	15 144.72 €	1 744,92 €
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	3 250 869,47 €	3 209 854,30 €

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

ANALISE ECONOMICA:

RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2020
Vendas		
Prestação de serviços		
Subsídios à exploração		
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias		
Variações nos inventários de produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	- 11 195,01 €	- 6811,14€
Gastos com o pessoal		
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Ganhos em imoveis		84 900,00 €
Outros rendimentos e ganhos	39 348,00 €	39 228,00 €
Outros gastos e perdas	- 11,64€	- 2 209,93 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	28 141,35 €	115 106,93 €
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	-515,99€	
Imparidade de investimento depreciáveis/amortizáveis		
Resultado operacional (antes de gastos e financiamento e impostos)	27 625,36 €	115 106,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	- €	- €
Resultados antes de impostos	27 625,36 €	115 106,93 €
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado Líquido do período	27 625,36 €	115 106,93 €

- 1. O resultado líquido do exercício é de 27 625,36€;
- As receitas das rendas obtidas do aluguer do imoveis propriedade da Fundação representam 39 348,00€;
- 3. A conta de fornecimentos serviços de terceiros registou um saldo de 11 195,01€;
- 4. Os outros gastos registaram um custo de 11,64€.

1.1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

1.2. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Os saldos das respetivas contas do balanço e demonstração de resultados relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

É de referir, que o resultado líquido obtido é de vinte nove mil quatrocentos e oitenta cinco euros e noventa e seis cêntimos.

Para além do referido não ocorreram operações relevantes durante o exercício em análise.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação Mário Botas, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

a) DEPRECIAÇÕES

O valor das depreciações durante o ano de 2021 foram de 515,99 €.

Rubricas	31 de Dezembro 2021				
Rubiicas	Saldo inicial	aquisições	depreciações	Abates	Saldo Final
Edifícios e outras construções	2 039 912,71 €				2 039 912,71 €
Equipamento básico	4 563,70 €				4 563,70 €
Ferramentas	- €				- €
Equipamento administrativo	2 185,54 €	2 063,94 €	515,99€		3 733,49 €
Outros atios fixos	- €				

IMPARIDADE DE ATIVOS

Não se registou imparidade de ativos.

2.3. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa de depósitos bancários no final do período.

		21 do dozombro	2021		
Rubricas	31 de dezembro 2021				
	Saldo inicial	variação		Saldo Final	
Caixa	0,43 €	- 0,43 €		0,00€	
Depósitos Ordem	229 987,05 €	+ 33 115,80 €		263 103,71 €	
Depósitos Prazo	- €			- €	
Aplicações Financeiras	- €			- €	
total disponibilidades	229 987,48 €	+ 33 116,23 €		263 103,71 €	

RÉDITO

O rédito relativo as rendas é reconhecidas pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes.

Rubricas	31 de dezembro 2021			
	2021	variação	2020	
Rendas	39 348,00 €	+ 120,00€	39 228,00 €	
Serviços Prestados	- €	- €	- €	
Subsídios	- €	- €	- €	
Vendas	- €	- €	- €	
total Reditos	39 348,00 €	+ 120,00€	39 228,00 €	

2.4. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

No final do exercício de 2021 existe uma divida a fornecedores 592,19€, correspondendo a totalidade do valor á empresa Schindler Ascensores e Escadas Rolantes, SA.

2.5. FINANCIAMENTO OBTIDOS

Não existem financiamentos externos.

2.6. Subsídios do estado ou outros entes públicos

No exercício de 2021 não foram recebidos subsídios do estado ou de outros entes públicos.

2.7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

A demonstração dos FSE é preparada através do método direto sendo a sua decomposição a que a seguir se apresenta:

Rubricas	31 de Dezembro 2021			
	2020	variação	%	2021
Trabalhos especializados	1 434,01 €	+ 1 136,97 €	+ 79%	2 570,98 €
Comissões	370,05€	- 48,87 €	- 13%	321,18€
Conservação	1 177,03 €	+ 4827,13€	+410%	6 004,16 €
Material escritório	0,00€	+ 37,99€	-	37,99€
Eletricidade	2 645,80 €	- 1081,19€	- 41%	1 564,61 €
Combustíveis	25,19€	- 94,81€	+376%	120,00€
Agua	399,91€	- 112,67€	- 28%	287,24€
Deslocações	57,30€	- 57,30€	- 100%	0,00€
Rendas	0,00€	0,00€	-	0,00€
Seguros	0,00€	0,00€	-	0,00€
Contencioso	0,00€	+ 350,00€	-	350,00€
Comunicação	0,00€	+ 448,25€	-	448,25€
Outras despesas	701,85€	- 512,60€	-73%	189,25€

a) Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF e SNLC, o Conselho de Administração da Organização utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nas mesmas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

b) PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da

Organização, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Nazaré, 21 de Setembro de 2022 O CC nº20152

(Nuno Alexandre Pedro Amaro Batalha)